

**CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL
MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
Curso de Especialização na Carreira do Ministério Público**

Florianópolis

2022

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO	05
1.2 Nome do curso	05
1.3 Coordenador	05
1.4 Endereço de Funcionamento do Curso	05
1.5 Período de funcionamento do curso	05
1.6 Número de vagas	05
1.7 Turno de oferta	05
1.8 Periodicidade	05
1.9 Local da oferta	05
1.10 Curso é pago?	05
1.11 O curso oferece alguma bolsa?	06
1.12 Curso desenvolvido em parceria?	06
1.13 Fonte de Financiamento	06
1.14 Público-alvo	06
1.15 Pré-requisitos para ingresso no curso e critérios de seleção	06
2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	07
2.1. Objetivo geral	07
2.2 Objetivos Específicos	08
2.3 Modalidade e carga horária	08
2.4 Trabalho de Conclusão de Curso	08
2.5 Avaliação de desempenho e aprovação do aluno	08
2.6 Atividades de Avaliação	09
2.7 Controle de Frequência	09
2.8 Recuperação de conceitos	10
2.9 Equivalência/aproveitamento de disciplina	10
3. ESTRUTURA E RECURSOS DO CURSO	11
3.1 Revisões do projeto pedagógico	11

3.1.1 Alteração do nome da disciplina: Media Training para Gestão estratégica de comunicação na Promotoria de Justiça, em 2016	11
3.1.2 Alteração do nome da disciplina “Políticas Públicas e movimentos sociais” para “Políticas Públicas”, em 2016	12
3.1.3 Inclusão de disciplina: Segurança Institucional, em 2016	13
3.1.4 Alteração de carga horária, em 2016	13
3.1.5 Inclusão do tema “Enfrentamento ao preconceito” na ementa da disciplina “Tópicos destacados da atuação na área dos direitos humanos e terceiro setor”, em 2022	14
3.2 Matriz curricular	14
3.3 Programas de Ensino	16
3.3.1 Disciplina: Gestão estratégica de comunicação na Promotoria de Justiça ..	16
3.3.2 Disciplina: Segurança Institucional	17
3.3.3 Disciplina: Políticas Públicas	19
3.3.4 Disciplina: Psicologia Jurídica	23
3.3.5 Disciplina: Oratória Forense	25
3.3.6 Disciplina: Redação Jurídica	26
3.3.7 Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico I e II	29
3.3.8 Disciplina: Gestão de Promotorias de Justiça	30
3.3.9 Disciplina: Gestão de Pessoas e Liderança	36
3.3.10 Disciplina: Orçamento Público	39
3.3.11 Disciplina: Atendimento ao Cidadão	40
3.3.12 Disciplina: Técnicas de negociação e de mediação e resolução de conflitos e de problemas	42
3.3.13 Disciplina: Informática Jurídica	44
3.3.14 Disciplina: Excelência em Gestão Pública	44
3.3.15 Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área tributária	45
3.3.16 Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área da infância e Juventude	45
3.3.17 Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área do meio ambiente	48

3.3.18 Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área dos direitos humanos e terceiro setor	50
3.3.19 Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área criminal	51
3.3.20 Disciplina: Tópicos destacados da atuação em recursos especial e extraordinário	53
3.3.21 Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área constitucional	53
3.3.22 Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área da moralidade administrativa e eleitoral	54
3.3.23 Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área do consumidor	56
4. CORPO DOCENTE	59

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO

1.2 Nome do curso

Curso de Especialização na Carreira do Ministério Público.

1.3 Coordenador

Marcionei Mendes.

1.4 Endereço de Funcionamento do Curso

Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina
R. Bocaiúva, 1792 – Centro – Florianópolis – Casa do Barão, anexo ao Edifício-Sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

1.5 Período de funcionamento do curso

Dois anos, incluindo o prazo de três meses para realização do trabalho de conclusão do curso, Artigo Acadêmico, sujeito a prorrogação.

1.6 Número de vagas

Até 40 (quarenta) vagas por turma/por ano.

1.7 Turno de oferta

Integral.

1.8 Periodicidade

Encontros mensais, em até três dias consecutivos.

1.9 Local da oferta:

Florianópolis/SC.

1.10 Curso é pago?

Por instituição ou empresa (gratuito ao aluno).

1.11 O curso oferece alguma bolsa?

Não se aplica.

1.12 Curso desenvolvido em parceria?

Não.

1.13 Fonte de Financiamento

FECEAF.

1.14 Público-Alvo

Promotores de Justiça.

1.15 Pré-requisitos para ingresso no curso e critérios de seleção

Aprovação no Concurso para Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina.

2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Diversos fenômenos têm influenciado o exercício da atividade ministerial, notadamente a mudança do perfil de atuação do Promotor de Justiça imposto pela Constituição Federal de 1988, marco a partir do qual o Ministério Público passou a defender os interesses coletivos e individuais indisponíveis relacionados ao meio ambiente, ao consumidor, à moralidade administrativa e à cidadania de forma geral. A mudança em tela provocou um “renorteamento” das atividades dos órgãos de execução do MPSC para a realização de atividades extrajudiciais, situação que passou a exigir dos Promotores de Justiça habilidades não usuais para os operadores jurídicos e, normalmente, não desenvolvidas pelos cursos de bacharelado em Direito, como a administração de recursos humanos e materiais; a condução de reuniões; a mediação e a negociação de conflitos; o relacionamento com a mídia e os movimentos sociais; o conhecimento de orçamento público e de políticas públicas, entre outras. Daí a necessidade de curso de formação específica para domínio das ferramentas essenciais à realização das funções do Ministério Público atual.

Além disso, o Curso de Especialização integrará o Curso de Ingresso e Vitaliciamento, que é etapa obrigatória do processo de vitaliciamento na Carreira do Ministério Público, sendo regulamentado, no Ministério Público de Santa Catarina, pelo Ato Conjunto n. 670/2013/PGJ/CGMP.

2.1 Objetivo Geral

Obter conhecimento a respeito da organização e do funcionamento da Instituição e da realidade prática da atuação ministerial para o exercício do cargo nas principais áreas de atuação do órgão e na gestão das Promotorias de Justiça.

2.2 Objetivos Específicos

- Aprofundar os saberes sobre a visão geral do Ministério Público e sua missão

institucional;

- Estudar os principais temas relacionados à prática da atuação ministerial;
- Conhecer os aspectos operacionais da atuação funcional judicial ou extrajudicial, a gestão das Promotorias de Justiça e outras atividades relacionadas à função.

2.3 Modalidade e carga horária

A modalidade do curso é a presencial e a carga horária é de 360 horas.

Na modalidade presencial é previsto 20% da carga horária total do curso em conteúdos semipresenciais (conforme parágrafo único do art. 1º, da Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007).

2.4 Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão de curso deverá ser em forma de artigo, de acordo com o Guia Básico para Elaboração de Artigo Científico organizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPSC.

O Artigo Acadêmico será realizado sob a orientação de um membro com titulação mínima de Mestre, tendo o **conceito B (8,9 a 7,0)** como critério para aprovação. Não há formação de banca examinadora.

O Artigo poderá ser publicado na Revista Atuação do Ministério Público de Santa Catarina e deverá ser entregue no período de três meses após a última disciplina do curso.

2.5 Avaliação de desempenho e aprovação do aluno

Considera-se aprovado no curso o aluno que obtiver o aproveitamento acadêmico mínimo exigido, sendo a pontuação necessária para aprovação o **conceito B (8,9 a 7,0)** em cada disciplina e na atividade de elaboração do trabalho de conclusão de curso.

Para elaboração do conceito, devem ser observadas as seguintes regras:

Nota - Conceito - Situação:

10 a 9,0 – A: Aprovado

8,9 a 7,0 – B: Aprovado

6,9 a 5,0 – C: Reprovado

4,9 a 3,0 – D: Reprovado

2,9 a 0,0 – E: Reprovado

2.6 Atividades de Avaliação

Atividades Obrigatórias: Trabalho em Grupo; Seminário; Estudos de Caso; Questionários; Avaliação Teórica; e Projetos de Pesquisa.

Atividades Complementares: Participação em eventos de aperfeiçoamento promovidos pela Administração Superior do MPSC e dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público; realização de palestras e reuniões dirigidas à sociedade sobre o papel do Ministério Público; e artigo acadêmico para publicação na Revista Atuação sobre tema relacionado à atuação ministerial.

Formas de Avaliação: Trabalho em Grupo; Seminário; Estudos de Caso; Questionários; Avaliação Teórica; Projetos de Pesquisa.

2.7 Controle de Frequência

O controle de frequência é realizado pelo professor de cada disciplina, e o aluno deverá apresentar a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas em cada disciplina.

Caso não possa comparecer, o aluno vitaliciando deverá justificar a ausência via e-mail (ceaf@mpsc.mp.br), o qual será enviado à Corregedoria Geral do MPSC.

2.8 Recuperação de conceitos

O aluno que deixar de realizar alguma atividade avaliativa do curso deverá enviar um *e-mail* com justificativa para ceaf@mpsc.mp.br, solicitando segunda chamada, a qual será avaliada e agendada pelo professor titular da disciplina.

O aluno que não obtiver conceito “A” ou “B” para aprovação (e tiver frequência suficiente) poderá solicitar recuperação via o *e-mail* ceaf@mpsc.mp.br, cuja análise e aprovação também serão feitas pelo professor titular da disciplina.

2.9 Equivalência/aproveitamento de disciplina

A validação de disciplina é feita mediante análise comparativa dos estudos concluídos pelo aluno por parecer pedagógico do professor e da pedagoga responsável, os quais irão avaliar se a disciplina cursada em outra instituição tem compatibilidade de conteúdos com a disciplina oferecida pelo Curso de Pós-Graduação do CEAF/MPSC, a fim de que não haja prejuízos nos processos de capacitação e formação do aluno.

São passíveis de validação as disciplinas que tiverem carga horária igual ou superior a 75% da carga horária da disciplina oferecida, além de compatibilidade de ementa igual ou superior a 75%.

Para solicitar validação de disciplina, o aluno deve enviar e-mail para ceaf@mpsc.mp.br, anexando a ementa original da disciplina concluída e o histórico no qual consta a denominação da disciplina, o número de créditos, a carga horária total, a nota e a frequência.

3 ESTRUTURA DO CURSO

O curso é dividido em três módulos, com total de 360 horas de disciplinas:

Módulo 1 – Temas específicos da atuação do Ministério Público;

Módulo 2 – Tópicos interdisciplinares; e

Módulo 3 – Tópicos especiais de gestão aplicados ao Ministério Público.

O cronograma do curso é organizado anualmente e informado aos alunos por *e-mail*. As aulas presenciais são realizadas, mensalmente, nas salas de aula do CEAF, na Procuradoria-Geral de Justiça. Algumas disciplinas possuem parte da carga horária ministrada a distância, por meio da plataforma do CEAF Virtual (*moodle*), conforme orientações a enviadas aos alunos quando há atividades.

3.1 Revisões do projeto pedagógico

3.1.1 Alteração do nome da disciplina: *Media Training* para Gestão Estratégica de Comunicação na Promotoria de Justiça, em 2016

A alteração do nome da disciplina *Media Training* se faz necessária devido à adequação do conteúdo a uma disciplina de pós-graduação. *Media training* é um termo que designa, como o próprio nome diz, um treinamento, uma oficina, que visa apenas a preparar o aluno para falar com jornalistas – como se portar em entrevistas para jornais, rádios e TVs. Diante disso, entendemos que o nome mais adequado seja “Comunicação Estratégica na Promotoria”, visto que a disciplina apresenta um conteúdo mais amplo, cujo propósito é preparar o aluno para o uso estratégico da comunicação como elemento essencial a toda a iniciativa de interesse público, como é o caso da atuação do Ministério Público, como Instituição, e do Promotor de Justiça, como membro dessa Instituição. As organizações – públicas, privadas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e ONGs – hoje são monitoradas de perto pela sociedade, que atualmente conta com os próprios meios de comunicação, suas redes e mídias sociais, além da imprensa, para se manifestar. Transparência e

accountability – o termo em inglês que significa agir com responsabilidade social e ética –, além de serem cobradas pelo público, são atitudes esperadas das organizações e, especialmente, dos agentes públicos. Não há mais como uma organização agir, única e exclusivamente, de acordo com os seus próprios objetivos, sem prestar contas aos seus diferentes públicos e à sociedade (NEVES, 2015; Bueno, 2009; Gomes 2009 e Torquato, 2008). Nesse sentido, a disciplina “Comunicação Estratégica na Promotoria” objetiva capacitar o Promotor de Justiça a detectar os elementos informativos e comunicacionais inerentes às suas ações e como aproveitá-los, de forma estratégica, para o cumprimento de seus objetivos. Como comunicar à sociedade ações potencialmente impopulares de maneira a convencer o público de que as medidas são necessárias para o bem comum? Como anular as iniciativas de manipulação da opinião pública promovidas pelas partes impactadas negativamente? Como identificar os riscos de crise e revertê-los em oportunidades para a formação da opinião pública e otimizar potencial pedagógico de uma determinada ação, de maneira que a própria sociedade se conscientize do problema e passe a atuar preventivamente? Essas perguntas, entre outras, somente são respondidas e provocam a reflexão necessária para a aplicação na rotina de uma Promotoria de Justiça se tratadas com a profundidade teórica e conceitual de uma disciplina.

3.1.2 Alteração do nome da disciplina “Políticas Públicas e Movimentos Sociais” para “Políticas Públicas”, em 2016

Entende-se que a inclusão da temática “movimentos sociais” no nome da disciplina tende a limitar o direcionamento do conteúdo a ser ministrado. Ao contrário, constando apenas “Políticas Públicas”, o rol de assuntos a serem tratados, além de ser mais abrangente, aproxima-se mais das funções institucionais do Ministério Público.

3.1.3 Inclusão de disciplina: Segurança Institucional, em 2016

O cumprimento da missão constitucional reservada ao Ministério Público naturalmente atinge agentes e organizações que, para preservação dos seus interesses ilícitos, buscam, por meio da prática de atentados e ameaças contra membros da Instituição, desencorajá-los ao exercício de suas funções institucionais. Ações dessa natureza naturalmente atentam contra a ordem jurídica, desafiam o Estado Democrático de Direito e ameaçam a independência do Ministério Público brasileiro. Também não se pode olvidar que, impulsionado pela globalização, ao aderir às novas tecnologias para garantir à sociedade a prestação de um serviço público eficiente e de qualidade, a Instituição se expôs a um universo de ameaças que, com impressionante dinamismo, poluam o cyberspaço, comprometendo a segurança da integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações e dos sistemas sob a guarda do Ministério Público. O cenário de risco a que se encontram expostos o Ministério Público e seus membros exige a implantação de uma política de salvaguarda institucional que seja capaz de garantir o exercício pleno e livre das atividades desenvolvidas pelos seus integrantes, bem como o controle das vulnerabilidades em torno da informação e dos seus sistemas. É imprescindível, portanto, à proteção do Ministério Público brasileiro a criação de mecanismos que, em todos os eixos de atuação, por meio dos quais se manifesta (recursos humanos, áreas e instalações, materiais, informação e seus sistemas), sejam capazes de assegurar a preservação da identidade, imagem e reputação da Instituição, bem como a atuação livre e independente de seus integrantes.

3.1.4 Alteração de carga horária, em 2016

Buscando sempre o aperfeiçoamento do curso em seus processos formativos, houve alteração da carga horária de algumas disciplinas do Curso de Especialização Formação e Aperfeiçoamento na Carreira do Ministério Público, sob análise e avaliação do corpo professor e aluno, de forma a atualizar e distribuir melhor os conteúdos das disciplinas.

Disciplinas com carga horária alterada: Gestão Estratégica de Comunicação na Promotoria de Justiça; Metodologia do Trabalho Científico II; Gestão de Promotorias de Justiça; Gestão de Pessoas e Liderança; Atendimento ao Cidadão; Técnicas de Negociação e de Mediação e Resolução de Conflitos e de Problemas; Sistema de Informação e Gestão (SIG); e Excelência em Gestão Pública.

3.1.5 Inclusão do tema “Enfrentamento ao Preconceito” na ementa da disciplina “Tópicos Destacados da Atuação na Área dos Direitos Humanos e Terceiro Setor”, em 2022

A relevância da temática e consequente necessidade de garantir que este tema seja abordado no período de formação dos novos Promotores de Justiça justificou a sua inclusão, mediante aprovação do Conselho do CEAF, registrada em ata, em reunião realizada em 20/2/2019.

3.2 Matriz curricular

MÓDULO I – Temas Específicos da Atuação do Ministério Público	
Disciplinas	Carga horária
Gestão Estratégica de Comunicação na Promotoria de Justiça	16h
Segurança Institucional	20h (4h EAD)
Políticas Públicas	15h
Psicologia Jurídica	16h
Oratória Forense	12h
Redação Jurídica	8h
Metodologia do Trabalho Científico I	8h
MÓDULO II – Tópicos Interdisciplinares	

Disciplinas	Carga horária
Gestão de Promotorias de Justiça	12h
Gestão de Pessoas e Liderança	8h
Orçamento Público	20h (4h EAD)
Atendimento ao Cidadão	8h
Técnicas de Negociação e de Mediação e Resolução de Conflitos e Problemas	12h
Informática Jurídica	10h (2h EAD)
Excelência em Gestão Pública	10h (2h EAD)
MÓDULO III – Tópicos Especiais de Gestão Aplicados ao Ministério Público	
Disciplinas	Carga horária
Tópicos Destacados da Atuação na Área Tributária	15h
Tópicos Destacados da Atuação na Área da Infância e Juventude	20h (4h EAD)
Tópicos Destacados da Atuação na Área do Meio Ambiente	20h (4h EAD)
Tópicos Destacados da Atuação na Área dos Direitos Humanos e Terceiro Setor	20h (4h EAD)
Tópicos Destacados da Atuação na Área Criminal	20h (4h EAD)
Tópicos Destacados da Atuação na Área de Recursos Especial e Extraordinário	10h
Tópicos Destacados da Atuação na Área Constitucional	8h
Tópicos Destacados da Atuação na Área da Moralidade Administrativa e Eleitoral	20h (4h EAD)
Tópicos Destacados da Atuação na Área do Consumidor	20h (4h EAD)
Metodologia do Trabalho Científico II	24h (16h EAD)

Seminário de divulgação dos artigos e encerramento do curso	8h
Total	360h

3.3 Programas de Ensino

3.3.1 Disciplina: Gestão estratégica de comunicação na Promotoria de Justiça

Ementa: Comunicação Social e Comunicação Estratégica Institucional: o uso dos meios de comunicação de massa, as mídias sociais e as mídias institucionais como instrumentos de atuação ministerial. Convergências e Divergências: pontos em comum entre o Ministério Público e a Imprensa: interesse público, transparência e *accountability*. Pontos divergentes: o tempo da Justiça e o tempo da Notícia; a linguagem jornalística e a linguagem do Direito. Mídias sociais e institucionais: a notícia no portal do MPSC; os Blogues das Promotorias; o Canal do MPSC no YouTube; as redes sociais do MPSC.

Referências básicas:

RIBEIRO, Ângelo A. **YouTube, a nova TV corporativa:** o vídeo na *web* como estratégia de comunicação pública e empresarial. Florianópolis: Combook, 2013.

TRICHES, Guilherme. **Relações entre jornalistas e membros do Ministério Público: atuação fiscal e interesse público.** 2013. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2013. Disponível em:
<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107448/320699.pdf?sequence=1>

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas:** o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

LEVY, Gabriela (org). **Manual de relacionamento com a imprensa.** Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. **Cartilha de Relacionamento com a Imprensa (o quê, quando, como, onde e por que falar com jornalistas).** Florianópolis: MPSC, 2012.

3.3.2 Disciplina: Segurança Institucional

Ementa: Conceitos fundamentais. Segmentos e Medidas de Segurança Institucional. Segurança de Pessoas. Segurança de Material. Segurança das áreas e instalações. Segurança da Informação. Incidentes de Segurança e Gestão de Risco. Cultura de Segurança. Normatização. Inteligência e contrainteligência.

Referências básicas:

ALVES, Gustavo Alberto. **Segurança da informação: uma visão inovadora da gestão**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.

ANDRADE, Helder. **Segurança é prevenção**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2013.

BARRETO, Alesandro Gonçalves; BRASIL, Beatriz Silveira. **Manual de investigação cibernética à luz do marco civil da internet**. Rio de Janeiro: Brasport, 2016.

BARROSO, Adriana; ANDRADE, Fred. **Manual de segurança corporativa**. São Paulo: Atlas, 2007.

BEAL, Adriana. **Gestão estratégica da informação: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2014.

BEZERRA, Adonel. **Evitando Hackers: controle seus sistemas computacionais antes que alguém o faça**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2012.

CARUSO, Carlos A. A.; STEFFEN, Flávio Deny. **Segurança em informática e de informações**. 4. ed. São Paulo: SENAC, 2013.

CASTRO, Clarindo Alves de; RONDON FILHO, Edson Benedito. **Inteligência de segurança pública: um xeque-mate na criminalidade**. Curitiba: Juruá, 2009.

CEPIK, Marco; BRANDÃO, Priscila Carlos. **Inteligência de segurança pública: teoria e prática no controle da criminalidade**. Niterói, RJ: Impetus, 2013.

COSTA, Roberto Zapotoczny. **Gerenciamento de crises em segurança empresarial e sequestros**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

DANTAS FILHO, Diógenes. **Segurança Pessoal**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2002.

DAWEL, George. **A segurança da informação nas empresas**: ampliando horizontes além da tecnologia. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Estado e PCC em meio às tramas do. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 23, n. 2, p.213-233, 15 ago. 2011.

DUMONT, Danilo Mozeli; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. **Inteligência Pública na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

FARAH, Camel André de Godoy. **Gestão de Segurança Institucional**. Florianópolis: Livro Digital, 2013. Disponível em:
http://intranet.mp.sc.gov.br/intranet/conteudo/documentos/Ebook_versaoCorrigida_2014.pdf

FONTES, Edison. **Clicando com segurança**: tratando as questões atuais da proteção da informação na organização e família. Rio de Janeiro: Brasport, 2011.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Políticos e espões**: o controle da atividade de inteligência. Niterói, RJ: Impetus, 2010.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata**. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

KIM, David; SOLOMON, Michael G. **Fundamentos de segurança de sistemas de informação**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

MEIRELES, Nino Ricardo. **Liderança do gestor de segurança**: visão estratégica dos processos de segurança. São Paulo: Sicurezza, 2012.

MEIRELES, Nino Ricardo. **Gestão estratégica do sistema de segurança: conceitos, teorias, processos e prática**. São Paulo: Sicurezza, 2011.

MINGARDI, Guaracy. O trabalho da inteligência no controle do crime organizado. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 51-69, 2007.

MITNICK, Kevin D.; SIMON, William L. **A arte de enganar - ataques de hackers**: controlando o fator humano na segurança da informação. São Paulo: Pearson Makron Books, 2003.

PARODI, Lorenzo. **Manual das fraudes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

SANTOS, Wilson. **Manual antissequestro e assalto**. Curitiba: Juruá, 2012.

SÊMOLA, Marcos. **Gestão da segurança da informação: uma visão executiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

SILVA, André Pereira. **Gestão de condutas na segurança eletrônica**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2009.

SILVA, Antônio Everardo Nunes. **Segurança da informação - vazamento de informações: as informações estão realmente seguras em sua empresa?** Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2012.

SOUZA, Marcelo Barbosa de. **Controle de Acesso: conceitos, Tecnologias e Benefícios**. São Paulo: Sicurezza, 2010.

TINELLO, Maurício Ricardo. **A arte da fraude quando nada é o que parece**. São Paulo: Sicurezza, 2006.

VAITSMAN, Helio Santiago. **Dicas de segurança**. São Paulo: Sicurezza, 2010.

3.3.3 Disciplina: Políticas Públicas

Ementa: Democracia, políticas públicas e participação política. Políticas públicas e instituições participativas no Brasil. Possibilidades e limites da atuação das instituições participativas: avaliações e desafios.

Referências básicas:

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, p. 83–102, 1999.

ARANTES, Rogério Bastos. Ministério Público na fronteira entre a Justiça e a Política. **Justitia**, v. 64, n. 197, p. 325–335, 2007.

BINDER, Alberto M. ¿Cómo y sobre qué debe rendir cuentas el sistema judicial? **Revista Sistemas Judiciales**, v. 1, p. 19, (CEJA).

BÖHMER, Martín; SALEM, Tatiana. Litigio estratégico: una herramienta para que el Poder Judicial tenga voz en políticas públicas clave. p. 15.

BRASIL, Conselho Nacional do Ministério Público. **Cartilha de Segurança Pública**. Brasília: CNMP, 2020. Disponível em:

<https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/CSP/Publica%C3%A7%C3%B5es/Cartilha_de_Seguran%C3%A7a_Publica.pdf>.

BRILHANTE, Tércio Aragão. Ativismo judicial e a importância da lei. **Revista Opinião Jurídica (Fortaleza)**, v. 10, n. 14, p. 352–382, 2012.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHAES, Rafael Bitencourt. A judicialização das políticas públicas e o processo deliberativo adversativo: a tese da “última palavra provisória”. **Teoria Jurídica Contemporânea**, v. 1, n. 1, p. 47–73, 2016.

COSTA, Rafael de Oliveira. O papel da Legística na (re)legitimação das decisões judiciais e no equilíbrio do exercício da função juspolítica pelos Tribunais. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 61, n. 1, p. 69–86, 2016.

COUTINHO, Diogo. O direito nas políticas públicas. In: **Política Pública como campo disciplinar**. São Paulo: UNESP, 2013, p. 181–200.

ENGELMANN, Fabiano; CUNHA FILHO, Marcio Camargo. Ações judiciais, conteúdos políticos: uma proposta de análise para o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 45, p. 57–72, 2013.

FONSECA, Lorena; COUTO, Felipe Fróes. Judicialização da política e ativismo judicial: uma diferenciação necessária. **Revista Eletrônica Direito e Política**, v. 13, n. 2, p. 824–854, 2018.

HIRSCHL, Ran. The Judicialization of Mega-Politics and the Rise of Political Courts. **Annual Review of Political Science**, v. 11, n. 1, p. 93–118, 2008.

JUNIOR, Eloy Pereira Lemos; QUADROS, Aparecida Dutra de Barros. A implantação de políticas públicas pela solução judicial dialogada. **Revista do Direito Público**, v. 14, n. 3, p. 11–34, 2019.

MACIEL, Débora Alves; KOERNER, Andrei. Sentidos da judicialização da política: duas análises. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 57, p. 113–133, 2002.

MORAES, Alexandre Rocha Almeida de; DEMERCIAN, Pedro. Um novo modelo de atuação criminal para o Ministério Público brasileiro: agências e laboratório de jurimetria. **Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo**, v. 11, n. 1, 2018. Disponível em:

<http://www.esmp.sp.gov.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/338>.

Acesso em: 28 jan. 2019.

NISTLER, Regiane; COSTA, Thaise Nara Graziottin. O Estado Democrático de Direito e o ativismo judicial: a transferência do Poder Executivo ao Poder Judiciário. **REVISTA DA AGU**, 2021. Disponível em: <<https://seer.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/2577>>. Acesso em: 7 abr. 2021.

NORONHA, Rodolfo. Políticas públicas judiciais: dentro do tribunal, fora do processo. **RFD- Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, n. 18, 2010. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1372>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

PEDROSO, Vanessa Alexandra de Melo. Políticas públicas sociais e revisão judicial: análise empírica do comportamento autocontido do STF nas reclamações constitucionais. **Argumenta Journal Law**, n. 32, p. 237–270, 2020.

PONTES, Juliana de Brito Giovanetti; NETO, Jose Mario Wanderley Gomes; RIBEIRO, Leandro Molhano; ARGUELHES, Diego Werneck. Contextos da judicialização da política: novos elementos para um mapa teórico. **Revista Direito GV**, v. 15, n. 2, p. 1921, 2019.

ROSENO, Marcelo. A responsabilidade social da magistratura brasileira: accountability e responsividade em meio à tensão entre o dever de prestar contas e a garantia da independência judicial. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 6, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/4225>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

RUIZ, Isabela; BUCCI, Maria Paula Dallari. Quadro de problemas de Políticas Públicas: Uma ferramenta para análise jurídico-institucional. **REI - Revista Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, p. 1142–1167, 2019.

SILVA, Luiz Henrique Borges de Azevedo; SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. Planejamento e democracia: do debate eleitoral às políticas públicas. In: SILVA, Juvêncio Borges; RAMOS, Paulo Roberto Barbosa; SILVA, Rogerio Luiz Nery Da (Orgs.). **Direitos sociais e políticas públicas I [Recurso eletrônico online] - organização CONPEDI**. Florianópolis: CONPEDI, 2017, p. 373–393. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/roj0xn13/2070z86p/y3WmfyoH4LKp742o.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

SOUZA, Matheus Silveira de; BUCCI, Maria Paula Dallari. O estado da arte da abordagem Direito e Políticas Públicas em âmbito internacional: primeiras aproximações. **REI - Revista Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, p. 833–855, 2019.

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. O Direito nas Políticas Públicas: o déficit de efetividade dos direitos é um problema normativo ou institucional? In: CALHAO, Antônio Ernani Pedroso; MENEZES, Rafael Lessa Vieira de Sá (Orgs.). **Direitos**

Humanos e Democracia: estudos em homenagem ao Professor Vital Moreira. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, p. 111–127.

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. Políticas Públicas e Desenvolvimento: a dimensão participativa do Direito. In: CASTRO, Flávia de Almeida Viveiros de (Org.). **Direitos Humanos contemporâneos: estudos em homenagem ao Professor J. J. Gomes Canotilho.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, p. 155–174.

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. A atuação fiscalizatória das corregedorias do Ministério Público como instrumento de avaliação de políticas públicas. **Revista Jurídica Corregedoria Nacional: a atuação fiscalizadora das corregedorias do Ministério Público**, v. 3, p. 35–51, 2017.

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. Democracia na gestão da segurança pública. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 18, n. 87, p. 233–276, 2010.

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. **Ministério Público e política criminal: uma segurança pública compromissada com os direitos humanos.** Curitiba: Juruá, 2010.

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. Segurança pública e os dilemas de uma democracia em crise. In: **Justiça Criminal e Democracia.** São Paulo: Marcial Pons e FESMPDFT, 2013, v. 1, p. 345–366.

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano; CANÇADO, Mayara Lopes. Políticas Públicas de proteção à vítima: uma proposta de arranjo institucional de segurança pública. **Revista Opinião Jurídica (Fortaleza)**, v. 15, n. 20, p. 32–58, 2017.

SUXBERGER, Antônio Henrique Graciano; GONÇALVES, André Luiz de Matos. A satisfação constitucional do interesse fiscal nacional: uma interpretação constitucional buscando a efetividade da Constituição e da LRF por meio do acoplamento institucional. **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, v. 6, n. 1 JAN/JUL, p. 222–250, 2019.

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano; LEMOS, Rubin. O orçamento público como instrumento de concretização da dignidade da pessoa humana. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 22, n. 126, p. 88–112, 2020.

VESTENA, Carolina Alves; CUNHA, José Ricardo; NORONHA, Rodolfo. Judicialização da política e Sistema Interamericano de Direitos Humanos: uma investigação empírica da atuação das organizações da sociedade civil / Judicialization of Politics and Inter-American Human Rights system. **Revista Direito e Práxis**, v. 2, n. 1, p. 181–212, 2011.

3.3.4 Disciplina: Psicologia Jurídica

Ementa: Fundamentos da Psicologia Jurídica. O uso dos recursos da Psicologia no âmbito do Direito. Interdisciplinaridade: Criminal, Cível, Infância e Juventude e Família. Noções de Desenvolvimento da Personalidade Humana. Psicopatologias Forenses: Provas, Perícias e Avaliações Psicológicas.

Referências básicas:

BRITO, L. M. T. (org). Temas de Psicologia Jurídica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CAIRES, Maria A. de F. Psicologia Jurídica: implicações conceituais e aplicações práticas. São Paulo: Vetor, 2003.

CEZAR-FERREIRA, V. A. da Motta. Família separação e mediação: uma visão psicojurídica. São Paulo: Editora Método, 2007.

CRUZ, R.; MACIEL, S. K. (2005). Perícia de danos psicológicos em acidentes de trabalho. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 5(2), 120-129.

CRUZ, R.; MACIEL, S.; RAMIREZ, D. (orgs.). O Trabalho do Psicólogo no Campo Jurídico. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005

CRUZ, R. M. (2019). Documentos psicológicos. In: Hutz, C. S., Bandeira, D. R., Trentini, C. M., Rovinski, S. L. R., & de Medeiros Lago, V. (orgs.). Avaliação Psicológica no Contexto Forense. Artmed.

CRUZ, R. M. (2019). Perícia Psicológica Trabalhista. In: Hutz, C. S., Bandeira, D. R., Trentini, C. M., Rovinski, S. L. R., & de Medeiros Lago, V. (orgs.). Avaliação Psicológica no Contexto Forense. Artmed. GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. (org.). Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau, 2008.

HILGARD, E. R.; ATKINSON, R. C. Introdução à Psicologia. 13.ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2002.

HUSS, M. T. Psicologia Forense – pesquisa, prática clínica e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2011. PALOMBA, G. A. Psiquiatria Forense: Noções Básicas. São Paulo: Sugestões Literárias, 1992.

POPOLO, J. H. D. Psicologia Judicial. Mendonza: Ediciones Juridicas. Cuyo, 1996.

ROVINSKI, S. L. Fundamentos da Perícia Psicológica Forense. 2. ed. São Paulo: Vetor, 2007.

ROVINSKI, S. L. R.; CRUZ, R. M. Psicologia Jurídica – perspectivas teóricas e processos de intervenção. São Paulo: Vetor, 2009.

SÁ, A. A. de. Criminologia Clínica e Psicologia Criminal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007

SILVA, D. M. P. Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

TRINDADE, J. Manual de Psicologia Jurídica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ZIMERMAN, D.; COLTRO, A. C. M. (Org.). Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica. Campinas (SP): Millenium, 2002.

Bibliografia complementar:

APASE (Org.). Guarda Compartilhada: aspectos psicológicos e jurídicos. Porto Alegre: Equilíbrio, 2005.

APASE (Org.). Síndrome da Alienação Parental e a Tirania do Guardião. Porto Alegre: Equilíbrio, 2007.

APASE (Org.). (Andreia Calçada). Falsas acusações de abusos sexuais e a implantação de falsas memórias. Porto Alegre: Equilíbrio.

APASE (Org.). (Evandro L. Silva). Perícias Psicológicas nas Varas de Família: um recorte da Psicologia Jurídica. Porto Alegre: Equilíbrio, 2009.

DSM -5. Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais 5.^a edição, 2014.

DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e Semiologia dos transtornos mentais. 2. ed., 2017.

SHINE, Sidney. A espada de Salomão: a psicologia e a disputa de guarda de filhos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SHINE, Sidney (Org.). Avaliação Psicológica e Lei: Adoção, Vitimização, Separação Conjugal, Danos Psíquicos e outros temas. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

LAGO V. de M.; AMATO P.; TEIXEIRA, P.; ROVINSKI S. L. R.; BANDEIRA D. R. Um Breve Histórico da Psicologia Jurídica no Brasil e seus Campos de Atuação. Estudos de Psicologia. Campinas26(4) 483-491, 2009.

3.3.5 Disciplina: Oratória Forense

Ementa: Oratória e expressão corporal. Bom uso da voz, da postura corporal. Qualidades do orador para comunicação eficaz. Aspectos da programação neurolinguística na comunicação. A técnica do *Rapport* (espelhamento e assemelhamento). Conceitos de argumentar – persuadir e convencer. Uso do microfone e da tribuna. Importância do olhar e do sorriso, os tipos de olhar, distância social e território. Técnicas do improviso, timidez. Aparência (cuidados e dicas). Linguagem corporal e significados dos gestos. Os dez mandamentos do bom comunicador.

Referências básicas:

ADAS, Eduardo et. al. **Detone:** você em alta performance nos momentos decisivos. São Paulo: Matrix, 2016.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita.** 22.ed. São Paulo: Ática, 2006.

CARDOSO, Rodrigo. **Leve sua mensagem para o mundo.** São Paulo: BUZZ, 2018.

GALVÃO, Joni; ADAS, Eduardo. **Superapresentações:** como vender ideias e conquistar audiências. São Paulo: Panda Books, 2011.

MUNÕZ, Isidro Cano. **A arte de falar em público:** como fazer apresentações comerciais sem medo. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

POLITO, Reinaldo. **Como falar corretamente e sem inibições.** 111. ed. São Paulo, Saraiva, 2011

SANTOS, Ruzia Barbosa. **Oratória:** guia prático para falar em público. Brasília: Senac, 2009.

Referências complementares:

CARNEGIE, Dale. **Como se apresentar bem e alcançar sucesso**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2015.

GALVÃO, Joni. **Super-histórias no universo corporativo**. São Paulo: Panda Books, 2015.

KELLEY, Tom; KELLEY, David. **Confiança criativa: libere sua criatividade e implemente suas ideias**. São Paulo: HSM do Brasil, 2014.

MELLO, Ana Cláudia Collaço de; SILVA, Célia Maria da; COLLAÇO, Gabriel Henrique. **Tópicos de língua portuguesa e redação jurídica**. 3. ed. Florianópolis: Emals, 2020.

POLITO, Reinaldo. **Oratória para advogados e estudantes de direito**. São Paulo: Saraiva, 2008.

POLITO, Reinaldo. **Como falar de improviso e outras técnicas de apresentação**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SÁ, Aurea Regina. **99 dicas para aparecer bem na imprensa**. Campinas: Comunica, 2019.

3.3.6 Disciplina: Redação Jurídica

Ementa: Redação jurídica e Comunicações Oficiais. Reforma Ortográfica. Gramática Aplicada ao Texto Jurídico. Expressões que causam dúvida na Escrita Jurídica. Simplificação da Linguagem Jurídica: recursos oferecidos pela língua; Parâmetros da Textualidade: coesão, coerência, progressão, concisão; paralelismo e gerúndio. Vírgulas em dispositivos de lei e em outros casos. Peças Extrajudiciais e Processuais.

Referências básicas:

FRÖHLICH, Luciane. Redação jurídica objetiva: o juridiquês no banco dos réus. **Revista da Esmesc**, v. 22, n. 28, p. 211-236, 2015. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/128/107>. Acesso em: 10 mar. 2019.

HAUY, Amini Boainain. **Gramática da língua portuguesa padrão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

PETRY, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2008.

Referências Complementares:

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Dicionário de questões vernáculas**: tire suas dúvidas de português com um grande clássico. 4. ed. São Paulo: Ática, 1998.

ANDRADE, Valdeciliana da Silva Ramos. **O jurídiquês e a linguagem jurídica**: o certo e o errado no discurso. 2009. Disponível em:
<http://docplayer.com.br/21817553-O-juridiques-e-a-linguagem-juridica-o-certo-e-o-errado-no-discurso.html>. Acesso em: 10 maio 2019.

BITTAR, Eduardo C.B. **Linguagem Jurídica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BOLOGNESI, João. **Português forense**. 8. ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2005.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. ReVEL na Escola: o que é a Linguística Forense?. **ReVEL**, vol. 12, n. 23, 2014. Disponível em:
<http://www.revel.inf.br/files/5a6b743927809a74b88510a52ba8d218.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

COLARES, Virgínia. (Org.). **Linguagem e direito**: caminhos para linguística forense. São Paulo: Cortez, 2016.

COSTA, José Maria. **Manual de redação profissional**. 2. ed. Campinas: Millenium, 2004.

COULTHARD, Malcolm. **Linguística forense**: uma entrevista com Malcolm Coulthard. **ReVEL**, vol. 12, n. 23, 2014. Tradução João Gabriel Rodrigues Marques Padilha. Disponível em:
<http://www.revel.inf.br/files/593be207a9e9c9c1b800c704ab855cdb.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

FARACO, Carlos Alberto, TEZZA, Cristóvão. **Prática de texto para estudantes universitários**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FERREIRA, Hilma Ribeiro de Mendonça; ABREU, Maria Teresa Tedesco Vilaro. Contratos de planos de saúde: uma leitura e suas construções discursivas. **ReVEL**, vol. 12, n. 23, 2014. Disponível em:
<http://www.revel.inf.br/files/8a378672871eba97df290b53187dc240.pdf> Acesso em: 15 mar. 2019.

GIBBONS, John. Linguística Forense: uma entrevista com John Gibbons. **ReVEL**, vol. 12, n. 23, 2014. Tradução de Paloma Petry. Disponível em:

<http://www.revel.inf.br/files/2b09dde2246151a78f671ad8f3d20908.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

HENRIQUES, Antônio. **Prática da linguagem jurídica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENRIQUES, Antônio; ANDRADE, M.M. **Dicionário de verbos jurídicos**. São Paulo: Atlas, 1996.

KASPARY, Adalberto José. **Português para profissionais**. 23. ed. Porto Alegre: Edita, 2006.

KASPARY, Adalberto José. **O verbo na linguagem jurídica: acepções e regimes**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LEDUR, Paulo Flávio. **Manual de redação oficial para todas as instâncias e esferas do Poder Público, inclusive nos meios eletrônicos**. Porto Alegre: AGE, 2015.

NASCIMENTO, Edmundo Dantés. **Linguagem forense**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PINTO, Rosalice. **Como argumentar e persuadir? Prática política, jurídica, jornalista**. Lisboa: Quid Juris Sociedade Editora, 2010.

RIBEIRO, Marcos Rogério. Representações para atores sociais em boletins de ocorrência de crimes de injúria. **ReVEL**, vol. 12, n. 23, 2014. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/a9fa125170df1aa81ae4d32d535cead4.pdf> . Acesso em: 15 mar. 2019.

SILVA, Rivaldete Maria Oliveira da; ALMEIDA, Maria de Fátima. A palavra como signo ideológico no gênero denúncia em processo de crime por homicídio. **ReVEL**, vol. 12, n. 23, 2014. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/93a17c99d102765624c82238eedb5bb8.pdf> . Acesso em: 15 mar. 2019.

TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. **Português jurídico**. São Paulo: Atlas, 2010.

3.3.7 Disciplinas: Metodologia do Trabalho Científico I e II

Ementa: Abordagens gerais da pesquisa no campo das Ciências Jurídicas e Humanas. Concepções teóricas de pesquisa. Estado da Arte na pesquisa considerando os temas implicados pelo curso. Métodos de pesquisa ou possibilidades de expressão estética e crítica. O método das Ciências Humanas. Formação e pesquisa. Pensamento conceitual e “frequentação” de textos acadêmicos para aprender a ler, explicar e comentar.

Referências:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022:** informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024:** informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028:** informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520:** informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BRAIDA, Celso. Os desvios da questão ontológica. **Problemata:** Revista Internacional de Filosofia, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 43-64, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/problemata/article/view/13479/9166>. Acesso em: 24 maio 2019.

FOLSCHEID, Dominique; WUNENBERGER, Jean Jacques. **Metodologia filosófica.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo:

Atlas, 2019. *E-book*. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/cfi/6/10!/4/2@0:0>.

Acesso em: 05 jun. 2019.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia científica na pesquisa jurídica**. 9. ed. rev. e reform. São Paulo: Atlas, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/recent>.

Acesso em: 05 jun. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010770/cfi/6/38!/4@0:0>.

Acesso em: 05 jun. 2019.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática**. 14. ed. Florianópolis: Empório Modara, 2018.

PESSANHA, José Américo. Modernidade: racionalidade, imaginação e ética.

Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 1, jan./jun. 1997. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71454/40538>. Acesso em: 24

maio 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017. *E-book*. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013948/cfi/6/12!/4@0:0>.

Acesso em: 24 maio 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016. *E-book*. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290833/cfi/6/18!/4/4/2@0:0>

. Acesso em: 24 maio 2019.

3.3.8 Disciplina: Gestão de Promotorias de Justiça

Ementa: Conceitos elementares de gestão (ciclo PDCA). Conceitos de apoio à decisão (avaliação de desempenho). Como organizar e planejar as atividades cotidianas (processos de trabalho). Como estruturar problemas e priorizar demandas de trabalho complexas. Elementos de Liderança Organizacional. Elementos de Gerenciamento de Projetos. Estudo de Caso no âmbito do MPSC.

Referências básicas:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 9001:2015:** Sistemas de gestão da qualidade - requisitos. Rio de Janeiro, 2015.

BOGASON, P.; BRANS, M. Training and Teaching: making public administration teaching and theory relevant. **European consortium for Political Research**, v. 7, p. 84-97, 2008.

DENHARDT, R. B. **Teorias da Administração Pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Tradução: Francisco G. Heidmann.

DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. The new public service: Serving Rather than steering. **Public Administration Review**, 60 (6): 549-559, 2000.

DENHARDT, R. B. **Teoria Geral de Organizações Públicas**. 4.ed. Tradução: Francisco G. Heidemann. Thomson/Wadsworth, 2004.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações:** uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

GUERREIRO RAMOS, A. A modernização em nova perspectiva em busca de um modelo de possibilidades. **Revista de Administração Pública**, v. 17, n. 1, p. 5-31, jan./mar, 1983.

KERZNER, Harold. **Gestão de projetos:** as melhores práticas. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2002.

KETTL, D. Public Administration at the Millennium: The State of the Field. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 10, n. 1, p. 7-34, 2000.

OSTROM, V. **The intellectual crisis in american public administration**. Tuscaloosa, AL: The University of Alabama Press, 1973. p.42-86

OSTROM, V.; OTROM, E. Public Choice: A Different Approach to the Study of Public Administration. **Public Administration Review**, v. 31, n. 2, p. 203-216, 1971.

PETERS, B. G. (org). **The politics of bureaucracy**. 3. ed. New york: Longman, 1989.

PETERS, B. G.; PIERRE, J. **Handbook of public administration**. London: Sage, 2005.

READSCHELDERS, J. C. N. Trends in the Study of Public Administration. **PAR**, v. 71, n. 1, 2011.

TERRY, L. D. The Thinning of administrative institutions in the hollow state. **Administration & Society**, v. 37, p. 426-444, 2005.

WALDO, D. The Administrative State. **A Study of the political theory of american public administration**. New York: Holmes and Meier, 1984.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 1994.

WILSON, W. O Estudo da Administração. **Revista do Serviço Público Brasília**, v. 56, n. 3, p. 349-366, 2005.

AGUILAR, M. J. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (org.). **Avaliação de Política Sociais: Uma Questão em Debate**. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

BANCO MUNDIAL. **Monitoramento e avaliação**: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, D.C: 2004.

CARVALHO, M. C. B. Avaliação participativa: uma escolha metodológica. In RICO, E. M. (org.). **Avaliação de política sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

FARIA, C. A. P. A política de avaliação das políticas pública. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, 2005.

FARIA, R. M. Avaliação de Programas Sociais: Evoluções e Tendências. In RICO, E. M. (org.). **Avaliação de política sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEREIDO, A. M. C. Avaliação Política e Avaliação de Políticas: um quadro de referências teóricas. **Análise e Conjuntura**, v. 1, n. 3, p. 107-127, 1986.

JANNUZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.

MYNAIO, C. (org) **Avaliação por triangulação e métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

RAVALLION, M. The mystery of vanishing benefits: Ms Speedy Analyst's introduction to evaluation. **The World Bank Economic Review**, v. 15, n. 1, p. 115-140, 2001.

ROGERS, P. **Introducción a la evaluación de impacto**. Rockefeller Foundation. 2012.

SHADISH Jr, W. R.; COOK, T. D.; LEVITON, L. C. **Foundations of program evaluation: theories of practice**. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1995.

SOUSA, R. P.; VALTSMAN, J. Avaliação de programas e profissionalização da gestão pública. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, 1, 2011.

LACOMBE, B. M. B.; TONELLI, M. J.. O discurso e a prática: o que nos dizem os especialistas e o que nos mostram as práticas das empresas sobre os modelos de gestão de recursos humanos. **Rev. Adm. Contemp**, v. 5, n. 2, p. 157-174, 2001.

PINTO, M. C. F.; SILVA, F. M. Gestão de Pessoas na Administração Pública Brasileira: uma análise sobre sua evolução histórica e o atual contexto em transformação. **Revista Eletrônica do TCE**, v. 1, n. 2, 2015.

TRESCASTRO, S. Gestão estratégica de pessoas e balanced scorecard em organizações públicas. **Análise: revista de administração da PUCRS**, v. 16, n. 2, p. 265-284, 2005.

CARMO, L. J. O.; DE ASSIS, L. B.; SANCHES JÚNIOR, P. F. Gestão estratégica de pessoas no setor público: um estudo de caso sobre limites e possibilidades em uma autarquia. IN: XXXVIII ENCONTRO DA ANPAD, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, F. M.; MELLO, S. P. T. A noção de competência na gestão de pessoas: reflexões acerca do setor público. **Revista do Serviço Público**, v. 62, n. 2, p. 167-183, 2011.

CAMÕES, M. R. de S. **Análise do processo de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DEMO, G. et al. **Políticas de gestão de pessoas no novo milênio: cenário dos estudos publicados nos periódicos da área de Administração entre 2000 e 2010**. *Rev. Adm. Mackenzie*, 12(5): 15-42, 2011.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5. ed., São Paulo: Mac Graw Hill, 2011.

- HAIR Jr. J. F.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. 5. ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
- PESTANA, M. H e GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para Ciências Sociais: a Complementaridade do SPSS**. 4. ed. Lisboa: Edições Silabo, 2005.
- MARÔCO, J. **Análise de equações estruturais: fundamentos teóricos, software e aplicações**. 2. ed. 2014.
- BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. **Pesquisa qualitativa em organizações: Paradigmas, Estratégias e Métodos**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.
- BARDIN, L. **Análise do discurso**. Lisboa: Edições 70, 1994.
- SILVERMAN, D. **Qualitative Research: Theory, Methods and Practice**. 2nd. ed. Thousand Oaks: Sage, 2004.
- SILVERMAN, D. **Doing Qualitative Research: a practical handbook**. Thousand Oaks: Sage, 2001.
- SILVERMAN, D. **Interpreting Qualitative Data: methods for analyzing talk. Text and Interaction**. Thousand Oaks: Sage, 2002.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, Artmed Bookman, 2006.
- GONDIM, S. M. G. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Paidéia, 12(24): 149-161, 2003.
- GOMM, R.; HAMMERSLEY, M.; FOSTER P. (orgs.) **Case study method: key issues, key texts**. London: Sage Publications, 2000.
- SILVA e SOUZA-LIMA. **Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo, Ed. Saraiva, 2010.
- GUIMARÃES, J. R. S; JANNUZZI, P. M.. Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, p. 73-89, 2005.
- JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2001.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p.137-160, 2005.

AGUILAR, M. J.; ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CASSIOLATO, M; GUERESI, S. Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. In: **Nota técnica**. Brasília: IPEA, 2010.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Editora Vozes: Petrópolis, 1993.

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Editora Alínea, 2006.

KHANDKER, S. R., KOOLWAL, G. B., SAMAD, H. A. **Handbook on impact evaluation**: quantitative methods and practices. Washington, D.C: The World Bank, 2010.

WHORTEN B. R.; SANDERS J. R.; FITZPATRICK J. L. **Avaliação de programas**: concepções e práticas. São Paulo: Editora Gente, 2004.

BOUCKAERT, G.; HALLIGAN, J. **Managing Performance**: international comparisons. Routledge. 2008.

BOYNE, G. et al. **Public service performance**: perspectives on measurement and Management. Cambridge University Press. 2006.

CARR, D. K. **Excelência nos serviços públicos**: gestão de qualidade total na década de 90. Rio de Janeiro: Quality mark, 1992.

CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. **Administração de produção e operações manufaturada e serviços**: uma abordagem estratégica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007, 690 p.

CORREA, H. L.; CAON, M. **Gestão de serviços**. São Paulo, Atlas, 2002.

SHIBA, S. et al. **TQM**: quatro revoluções na Gestão da Qualidade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOTTFREDSON, M.; SCHAUBERT, S. **Administração de alto impacto**: como os melhores gestores alcançam resultados extraordinários. Campus Elsevier. 2008.

LOVELOCK, C.; WRIGHT, L. **Serviços: Marketing e Gestão**. São Paulo: Saraiva, 2003.

LIMA, P. D. B. A. **Excelência em gestão pública**: a trajetória e a estratégia da gspública. Rio de Janeiro: Quality mark, 2007.

MARTINS, H.; MARINI, C. **Guia de Governança para Resultados**. [S. l]: Publix, 2010.

POLLITT, C.; HARRISON, S. **Handbook of public services management**. Oxford: Blackwell Publishers , 1992.

POLLITT, C.; BOUCKAERT, G.; LOFFLER, E. **Making Quality Sustainable**: Co-Design, CoDecide, Co-Produce, Co-evaluate. Conclusions of the 4QC Quality conference for Public Administrations in the EU, Finnish Ministry of Finance, Helsinki, 2006.

ADEKUNLE, S. E. Applying integrated project-management methodology to hydrocarbonportfolio analysis and optimization. **Journal of Petroleum**, v. 59, n. 12, p. 44-49, 2007.

ANDERSEN, E. S. Toward a project management theory of renewal projects. **Project Management Journal**, v. 37, n. 4, p. 15-30, 2006.

BRITTO, P. **Análise e viabilidade de projetos de investimentos**. São Paulo: Atlas, 2007.

CASAROTTO FILHO, N. et al. **Gerencia de projetos**: engenharia simultânea. São Paulo: Atlas, 1999.

CERTO, S. C.; PETER, J. P. **Administração estratégica**: planejamento e implantação da estratégia. Tradução de Flávio Deni Steffen. São Paulo: Makron Books, 1993.

HELDMAN, K. **Gerencia de projetos**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

MEILLIR PAGE-JONES. **Gerenciamento de projetos**. São Paulo: Makron Books, 1994.

3.3.9 Disciplina: Gestão de Pessoas e Liderança

Ementa: O papel da liderança e da equipe, dentro de uma nova visão da Administração Pública. O papel das lideranças na obtenção de resultados por intermédio das pessoas. O líder no papel de monitor. Estilos de liderança.

Desempenho individual dos membros de equipe. Desempenho da equipe como um todo. Desempenho da organização. Motivação e estabelecimento de metas. Delegação. Acompanhamento individual – *coaching*. Estabelecimento de indicadores/Avaliação de equipes. Ética, cultura e liderança no novo serviço público.

Referências básicas:

BARNARD, Chester. **As funções do executivo**. São Paulo: Atlas, 1971.

BENNIS, Warren. Tornando-se um líder de líderes. In: GIBSON, Rowan (Org.). **Repensando o futuro: repensando negócios, princípios, concorrência, controle e complexidade, liderança, mercados e o mundo**. São Paulo: Makron Books, 1998. p. 118-129.

BERGAMINI, Cecília. Liderança: a administração do sentido. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 102-114, maio/jun. 1994.

COELHO, Fernando de Souza. **Ensino Superior, formação de administradores e setor público: um estudo sobre o ensino de administração pública – nível de graduação – no Brasil**. 2006. 159 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Curso de Doutorado em Administração Pública e Governo, Departamento de Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

COVEY, Stephen R. **Liderança baseada em princípios**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

ESPER, A. J. F.; CUNHA, C. Liderança autêntica: uma revisão integrativa. **Revista de Gestão e Tecnologia Navus**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 60-72, abr./jun. 2015. Disponível em: < <http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/254/219>>. Acesso em 05 mar. 2019.

FLEURY, Maria T. L.; FISCHER, Rosa M. (Orgs). **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1996.

FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. São Leopoldo, RS : Sinodal, 1991.

FRANKL, Viktor E. **Sede de sentido**. 2. ed. São Paulo: Quadrante, 1998.

HOUSEL, Debra J. **Equipes: gerenciando para o sucesso**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. (Série profissional).

JÚLIO, Carlos Alberto; SALIBI NETO, José (Orgs.). **Liderança e gestão de pessoas**: autores e conceitos imprescindíveis. São Paulo: Publifolha, 2002. (Coletânea HSM Management).

LE BOTERF, Guy. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

LEITÃO, S. P.; GESUALDI JUNIOR, L. C. Conhecimento, ensino da administração e mudança transformadora: uma visão crítica. **Cadernos Ebape. BR**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 4, p. 1-13, jun. 2006.

GARGANTINI, T.; SHERLOCK, Joseph; DALY, Michael; ISRAEL, Danielle. **GUIA prático para engajamento de equipes**. São Paulo: Fundação Lemann, 2021.

NICOLINI, A. **Aprender a governar**: a aprendizagem de funcionários públicos para as carreiras de Estado. 2006. 205 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SCHEIN, Edgar H. **Cultura Organizacional e Liderança**. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHWELLA, Erwin. Inovação no governo e no setor público: desafios e implicações para a liderança. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.56, n.3, p.259-276, jul./set. 2005.

SIEVERS, Burkard. Além do sucedâneo da motivação. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 5-16, jan./mar. 1990.

SIEVERS, Burkard. Liderança como perpetuação da imaturidade. **Revista de Negócios**, Blumenau (SC), v. 2, n. 3, p. 13-23, 1997.

SINEK, Simon. Comece pelo porquê: **Como grandes líderes inspiram pessoas e equipes a agir**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

SINEK, Simon. Líderes se servem por último: **Como construir equipes seguras e confiantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

VENDRAMINI, Patrícia. **Ensino de administração pública e o desenvolvimento de competências**: a contribuição do curso de Administração Pública da ESAG. 2013. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2013.

VENDRAMINI, Patrícia. **Liderança e mudança organizacional**: as categorias essenciais do líder facilitador. Florianópolis. UFSC. 2000. Dissertação (Mestrado em

Engenharia de Produção). Curso de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

WHEATLEY, Margareth J. **Liderança e a nova ciência**: aprendendo organização com um universo ordenado. São Paulo: Cultrix, 1996.

ZARIFIAN, P. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

3.3.10 Disciplina: Orçamento Público

Ementa: Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Ciclo orçamentário. Elaboração da proposta orçamentária. Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Lei orçamentária de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Gestão financeira. Receita e despesa pública. Créditos adicionais. Transparência Pública e Lei de Acesso à Informação.

Referências básicas:

BRASIL. **Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 001/1992 a 073/2013 e Emendas Constitucionais de Revisão n.01 a 06/94. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2014.

BRASIL. **Lei complementar n. 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal e dá outras providências. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público. Parte I: Procedimentos Contábeis Orçamentários**. Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, Válido a partir do exercício de 2013. Portaria Conjunta

STN/SOF nº 02/2012. 5ª ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2012.

Disponível em: <

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/137713/Parte_I_-_PCO.pdf >

Acesso em: 30 de outubro de 2014.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina**: promulgada em 05 de outubro de 1989 atualizada até a Emenda Constitucional n. 064/2012.

Disponível em:

<<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/legislacao/docs/constituicaoEstadual/constituicao.pdf>>. Acesso em: 16 de junho de 2013.

Referências complementares:

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó da. **Gestão de finanças públicas**: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 3ª ed. Volume I. Brasília: Gestão Pública Editora e Treinamentos, 2013.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público**: abordagem simples e objetiva, atualizado com a Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, LRF e portarias da SOF/STN-MCASP. São Paulo: Atlas, 2012.

3.3.11 Disciplina: Atendimento ao Cidadão

Ementa: Contextualização. O papel do Promotor de Justiça na formação e visibilidade organizacional. Ascensão da consciência de qualidade na Administração Pública. Noções básicas de qualidade em serviços. Dimensões e lacunas da qualidade em serviços. O atendimento ao cidadão na visão de qualidade. Paradigmas essenciais e princípios do atendimento de excelência.

Referências:

ARAUJO, Carolina. **Qualidade no atendimento a clientes**. (2004). Disponível em <http://www.bomdespachomg.com.br/artebom/qualidadenoatedimento.PDF>

BOYES-WATSON, Carolyn; PRANIS, Kay. **No coração da esperança: guia de práticas circulares: o uso de círculos de construção da paz para desenvolver a inteligência emocional, promover a cura e construir relacionamentos saudáveis**. Escola Superior da Magistratura da AJURIS. TJRS. Porto Alegre. 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GesPública; **Instrumento para Avaliação da Gestão Pública - 250 e 500 Pontos**; Brasília; MP, SEGES 2009 Versão 1/2009. Disponível em

https://www.gespublica.gov.br/folder_produtos/folder_produtos/pasta.2010-04-26.6448349404/anexos/iagp_250_500_web.pdf

BROWN, Bréne. **A coragem de ser imperfeito**. Sextante. 1ª edição. Rio de Janeiro. 2013.

CNMP, **Manual de Atendimento à Sociedade**/ Conselho Nacional do Ministério Público – Brasília, 2017.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Manual de negociação e mediação para membros do Ministério Público**. CNMP 2. ed. Brasília. 2015.
DANTAS, C. et al. Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. *Paidéia*, v.14, n.29, p.349-359, 2004.

EKMAN, Paul. **A linguagem das emoções**. Editora Leya, 2011.

ENAP. **Experiências internacionais voltadas para a satisfação dos usuários-cidadãos com os serviços públicos**. Brasília: ENAP, 2000. Texto para discussão, n. 42. Disponível em
<http://www.enap.gov.br/documents/586010/601535/42texto.pdf/f1fcbd06-0f87-48b7-9e76-9124be2c6b7b>

FALECK, Diego. TARTUCE, Fernanda. **Introdução histórica e modelos de mediação**. Disponível em:
<http://www.fernandatartuce.com.br/wpcontent/uploads/2016/06/Introducao-historica-e-modelos-de-mediacao-Faleck-e-Tartuce.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.

GAVRONSKI, Alexandre Amaral. **Potencialidades e limites da negociação e mediação conduzida pelo Ministério Público**. In: GAVRONSKI, Alexandre Amaral et al. *Manual de Negociação e Mediação para Membros do Ministério Público*, Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

LEDERACH, John Paul. **Transformação de conflitos**. Palas Athena. 2. ed. São Paulo. 2018.

PRANIS, Kay. **Guia do facilitador**. Escola Superior da Magistratura da AJURIS. TJRS. Porto Alegre. 2011.

LEU, Lucy. **Nonviolent Communication Companion Workbook**. Encinitas CA: PuddleDance Press, 2010.

MPSC. **Ato n. 635/2019/PGJ**. Institui o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA) no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina. Florianópolis, MPSC, 2019.

MPSC. **Ato n.754/2017/PGJ**. Institui o Programa de Incentivo à Autocomposição Familiar (PIAF) no âmbito do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, MPSC, 2017.

MPSC. **Ato n. 244-2019-PGJ**. Inclui as Câmaras de Negociação como Atribuição dos Centros de Apoio. Florianópolis, MPSC, 2019.

PRANIS, Kay. **Processos Circulares de construção de paz**. Palas Athena 4ª edição. 2019.

ROSENBERG, Marshall B. **A linguagem da paz em um mundo de conflitos: sua próxima fala mudará seu mundo**. Palas Athena. 2ª edição, São Paulo. 2019.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. Ágora. 4ª edição, São Paulo. 2006.

RESOLUÇÃO 118/2014/CNMP – Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição do Ministério Público e dá outras providências. Brasília. 2014.

WILL, Daniela Erani Monteiro. Metodologia da pesquisa científica. Palhoça: UnisulVirtual, 2016.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. São Paulo: Editodra Método, 2008.

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa**. Palas Athena. 1ª edição. São Paulo. 2012.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: Justiça restaurativa para o nosso tempo**. Ed. Palas Athena. 3. ed. São Paulo. 2018.

3.3.12 Disciplina: Técnicas de negociação e de mediação e resolução de conflitos e de problemas

Ementa: A ética. Conceitos importantes. Métodos básicos de negociação. Fases da negociação e sua aplicação à mediação. Planejamento. O contato. Objetivação da negociação. Comunicação não verbal. Defesa contra as táticas duras dos negociadores competitivos. Técnicas básicas de mediação. Formalização do acordo. Implementação.

Referências básicas:

ALMEIDA, Marcelo Pereira de. **Processo Coletivo**: teoria geral, cognição e execução. Curitiba: CRV, 2021.

AXELROD, Robert. **A evolução da cooperação**. São Paulo: Hemus, 2010.

BAZERMAN, Max H; MOORE, Don. **Processo Decisório**. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

BRANDENBURGER, A. M.; NALEBUFF, B. J. **Co-opetition**. New York: Bantam Doubleday Dell Publishing Group, 1997.

FALECK, Diego. **Manual de design de sistemas de disputas**: Criação de estratégias e processos eficazes para tratar conflitos. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2018.

FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. **Como chegar ao sim**: como negociar acordos sem fazer concessões. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2018.

FISHER, R. et. al. **Estratégias de negociação**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

LEWICKI, R. J.; SAUNDERS, D. M.; BARRY, B. **Fundamentos de negociação**. Porto Alegre: AMGH, 2014.

MNOOKIN, Robert H.; PEPPE, Scott R.; TULUMELLO, Andrew S. **Mais que vencer**: negociando para criar valor em acordos e disputas. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2009.

MOORE, C. W. **O processo de mediação**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MORAIS, Paulo Valério Dal Pai. **A negociação ética para agentes públicos**. Rio de Janeiro: Editora Fórum, 2012.

MUA, Cíntia Teresinha Burhalde; CARDOSO, Renato César; SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. **Neurociências aplicadas ao Direito** (Orgs). Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2022. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/236843>

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de processo coletivo**: volume único. Salvador: Ed. JusPodivm, 2021.

RADLER, R. S., SILVERSTEIN, E. M. **When david meets goliath**: Dealing with Power Differentials in Negotiations. Harvard Negotiation Law Review 5, 2000. p. 1-112.

SIMIONATO, Monica; DUZERT, Yann. **Newgociação**: A Neurociência da Negociação. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2018.

3.3.13 Disciplina: Informática Jurídica

Ementa: Informática, sistemas de informação e informática jurídica. Processo eletrônico. Sistema de Informação no Ministério Público de Santa Catarina. Tabelas unificadas do Ministério Público. Inovação aplicada à informática jurídica.

Referências básicas:

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CASTRO, Aldemiro Araújo. **Informática Jurídica e Direito de Informática**. 2002. Disponível em <http://www.aldemario.adv.br/infojur/>. Acesso em: 13 set. 2022

CNMP. Resolução n. 63/2010. CNMP. Consulta pública às Tabelas Unificadas. Disponível em: http://sgt.cnmp.gov.br/consulta_publica_classes.php. Acesso em: 13 set. 2022

3.3.14 Disciplina: Excelência em Gestão Pública

Ementa: Fundamentos de Governo Eletrônico e de Plataformas e-Gov. Governo Aberto e a Inteligência Coletiva. O conhecimento como fator de produção e de transformação da gestão pública.

Referências básicas:

Jane E. Fountain - Construindo um Estado Virtual - Tecnologia da informação e mudança institucional – ENAP (2006)

Referências complementares:

Bertot et al. Promoting transparency and accountability through ICTs, social media, and collaborative e-government.

GAULD, R., GOLDFINCH, S.; HORSBURGH, S. Do they want it? Do they use it? The 'demand-side' of e-government in Australia and New Zealand. **Government Information Quarterly**, v. 27, n. 2, p. 177-186, 2010.

CORDELLA, A.; IANNACCI, F. Information systems in the Public Sector: the e-Government enactment framework. *Journal of Strategic Information Systems*, v. 19, n. 1, p. 52-66, 2010.

3.3.15 Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área tributária

Ementa: Crime tributário. Rotina de apuração do crime tributário. Rotina de parceria com a SEFAZ. GAPEF – Grupo de Análise e Pesquisa Fiscal: Criação, estrutura, objetivos, missão, parceria, potencial, apresentações de casos e operações desenvolvidas com o MP. Promotoria de Justiça Regional: rotina e resultados. Parcerias institucionais. Atuação pré-lançamento e pós-lançamento tributário. Prisão preventiva nos crimes tributários - apresentação de casos práticos e operações desenvolvidas. Detalhes técnicos imprescindíveis para o oferecimento da denúncia. Sugestão de formação da acusação do crime tributário. Sequestro de bens. PIC - cisão e crimes conexos. Força-tarefa na investigação do crime tributário. Interceptação telefônica e o problema do contencioso administrativo. Compartilhamento de provas. Análise de cenário e sugestões de atuação. Elementos típicos, consumação e tentativa nos crimes previstos pelos artigos 1 a 3 da Lei n. 8.137/90.

Referência básica:

DECOMAIN, Pedro Roberto. **Crimes Contra a Ordem Tributária**. 5. ed. Belo Horizonte: Editora Forum, Belo Horizonte, 2010; MACHADO, Hugo de Brito. **Crimes Contra a Ordem Tributária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

3.3.16 Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área da infância e juventude

Ementa: Direito da Criança e do Adolescente no Brasil. Sistema de Garantia e Sistema de Justiça. Sistema Único de Assistência Social (e serviços da psicologia). Direito à educação. Ato Infracional e Sistema de Atendimento Socioeducativo. Atualização em Direito de Família.

Referências básicas:

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRANDÃO, C. da F. **LDB passo a passo**. 4. ed. São Paulo: Avercamp, 2010.
CABRAL, E. A. (coord). **Sistema de garantia de direitos**: um caminho para a proteção integral. Recife: Cendhec, 1999.

CALEGARI, D.; PEREIRA, M. F. **Planejamento estratégico das escolas**. São Paulo: Atlas, 2013.

CURRY, M. (coord). **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

DIAS, M. B. **Manual de direito das famílias**. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

ELIAS, R. J. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. **Direito das famílias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

LIBERATI, W. D. **Políticas públicas no Estado Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2013.

MACHADO, M. de T. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. Barueri: Manole, 2003.

MACHADO, R. **Educação especial na escola inclusiva**. São Paulo: Cortez, 2009.

MACIEL, K. R. F. L. A (coord). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MAZZILLI, H. N. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MOREIRA, O. R. **Políticas públicas e direito à educação**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

MPSC. **Manual do Promotor de Justiça da Infância e Juventude**: Conselhos e Fundos e Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2 ed. vol.

2. Disponível em <<http://portal.mp.sc.gov.br/portal/servicos/publicacoes-tecnicas.aspx>>

MPSC. Manual do Promotor de Justiça da Infância e Juventude: O ato infracional e o sistema socioeducativo. vol. 3. Disponível em <<http://portal.mp.sc.gov.br/portal/servicos/publicacoes-tecnicas.aspx>>

MPSC. Manual do Promotor de Justiça da Infância e Juventude: Parte geral. 3. ed. vol. 1. Disponível em <<http://portal.mp.sc.gov.br/portal/servicos/publicacoes-tecnicas.aspx>>

PENA JR., M. C. **Direito das pessoas e das famílias.** São Paulo: Saraiva, 2008.

PEREIRA, T. da S. **Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar.** Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

PESTANA, D. **Manual do conselheiro tutelar.** Curitiba: Juruá, 2008.

RIZZARDO, A. **Direito de família.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

RODRIGUES, G. de A. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta: teoria e prática.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

ROSA, A. M. da. **Direito infracional: garantismo, psicanálise e movimento antiterror.** Florianópolis: Habitus, 2005.

ROSSATO, L. A.; LÉPORE, P. E. **Comentários à lei nacional da adoção.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SANCHES, H. C. C.; VERONESE, J. R. P. **Dos filhos de criação à filiação socioafetiva.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SANTOS, M. H. **O ministério público e seu papel articular junto ao SUS.** Salvador: Juspodivm, 2013.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao Fundeb.** 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SILVA, M. G. **Ato infracional e garantias: uma crítica ao direito penal juvenil.** Florianópolis: Conceito, 2008.

SOUZA, S. A. G. P. **Os direitos da criança e os direitos humanos.** Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2001.

VERONESE, J. R. P. **Os direitos da criança e do adolescente.** São Paulo: Ltr, 1999.

VERONESE, J. R. P.; SILVEIRA, M. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. São Paulo: Conceito, 2011.

3.3.17 Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área do meio ambiente

Ementa: Aspectos destacados do Direito Ambiental. Aspectos Processuais do Direito Ambiental. Entendimento dos tribunais sobre a matéria. O papel dos órgãos ambientais no auxílio aos órgãos de execução. Principais ações institucionais ligadas à área ambiental. Atuação do MP em relação aos danos e delitos ambientais. Análise de casos práticos. Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas. Patrimônio Histórico e Cultural. A importância da atuação do Promotor de Justiça na atuação extraprocessual. Prática da atuação no direito ambiental. Programas institucionais, Saneamento (esgotamento sanitário), Resíduos Sólidos, Regularização Fundiária, Código Florestal (áreas de preservação permanente, reserva legal).

Referências básicas:

SILVA, José Afonso. **Direito Ambiental Constitucional**. 10. ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 2013

SARLET, Ivo Wolfgang. Tiago Fensterseifer. **Direito Constitucional Ambiental**
COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro. **Proteção Jurídica do Meio Ambiente**. Belo Horizonte: Ed. Del Rey.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 22^a edição. São Paulo: Ed. Malheiros, 2014

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário**. 9^a edição. São Paulo: Ed. Rev. dos Tribunais, 2014.

MPSC/CME. Guia do Saneamento Básico.

MPSC/CME. Guia de Atuação em Delitos e Danos Ambientais.

MPSC/CME. Guia do Parcelamento do Solo Urbano (Guia de Atuação no Ordenamento Urbano)

Referências complementares:

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MORATO LEITE, José Rubens. ***Direito Constitucional Ambiental Brasileiro***. 5. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.

MILARÉ. Édis e Paulo Affonso Leme Machado. **Novo Código Florestal**. São Paulo: Rev. dos Tribunais.

COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro;, BELLO FILHO, Ney de Barros; COSTA, Flávio Dino de Castro. **Crimes e infrações administrativas ambientais**. Belo Horizonte: Ed. Del Rey.

FREITAS, Vladimir Passos de. FREITAS, Gilberto Passos de: *Crimes contra a natureza*. São Paulo: Rev. dos Tribunais.

FREITAS, Vladimir Passos de. **A Constituição Federal e a Efetividade das normas ambientais**. São Paulo: Ed. RT.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Direito Administrativo e Meio Ambiente**. Curitiba: Juruá.

PRADO, Luiz Regis. **Direito Penal do Ambiente**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

SIRVINSKAS. Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 12. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2014.

SIRVINSKAS. Luís Paulo/Juarez de Oliveira. **Prática de Direito Ambiental**. São Paulo: Ed. Saraiva.

PINHO. Hortência Gomes. **Prevenção e Reparação de Danos Ambientais. As medidas de Reposição Natural, Compensatórias e Preventivas e a Indenização Pecuniária**. Rio de Janeiro: GZ Editora.; Stuttgart, Alemanha: R. Bosch.

STEIGLEDER. Annelise Monteiro. **Responsabilidade Civil Ambiental. As dimensões do danos ambiental no Direito Brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

FILHO. José dos Santos Carvalho. **Comentários ao Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris.

RODRIGUES. José Eduardo Ramos. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. São Paulo: Ed. RT.

GUALHARDO. João Baptista. **O Registro do Parcelamento do Solo Para Fins Urbanos**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editora.

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores.

3.3.18 Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área dos direitos humanos e terceiro setor

Ementa: Direito à saúde. Saúde mental. Idosos. Pessoas com Deficiência. Fiscalização das Fundações e Entidades do Terceiro Setor. ONGs. Enfrentamento ao preconceito.

Referências básicas:

SANTOS, Lenir (Org.). **Direito da Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Saberes Editora, 2010.

MARANHÃO, Clayton. **Tutela Jurisdicional do Direito à Saúde**. Coleção Temas Atuais de DPC, Volume 7. Editora Revista dos Tribunais, 2003.

MAPELLI JÚNIOR; Reynaldo, Combra, Mário; Matos, Yolanda Alves Pinto Serrano de. **Direito Sanitário**. Imprensa Oficial do Governo de São Paulo, 2012.

Lei Federal n. 10216/2001

Portaria GM-MS n. 2391/2002 – Regulamenta o controle das internações psiquiátricas involuntárias (IPI) e voluntárias (IPV).

Portaria GM-MS n. 3088/2011 – Republicada em maio de 2012 – Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com transtorno mental decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no SUS.

BARLETTA, Fabiana Rodrigues **O Direito à Saúde da Pessoa Idosa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

FREITAS JÚNIOR, Roberto Mendes de. **Direitos e Garantias do Idoso**. Doutrina, Jurisprudência e Legislação –. Editora Atlas, 2. ed., 2011.

PINHEIRO, Naide Maria. **Estatuto do Idoso Comentado**. 2. ed. [S.l]: Editora Servanda, 2008.

VILAS BOAS, Marco Antonio. **Estatuto do Idoso Comentado**. Editora Forense, 2. ed., 2009.

PIEROTTI, Wagner de Oliveira. **O Benefício Assistencial a Idosos e Portadores de Deficiência**. Editora Leud, 2011.

ABREU FILHO, Hélio (Org.). **Comentários sobre o Estatuto do Idoso**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

SILVA, Eduardo Jannone da. **Tutela Jurídica do Direito à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Editora Juruá, 2009.

FERRAZ, Carolina Valênça; LEITE, George Salomão; LEITE Glauber Salomão; LEITE Glauco Salomão Leite (coord.). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Coordenadores: Editora Saraiva, 2012.

PAES José Eduardo Sabo. **Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social**. Aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários. Editora Forense, 8. ed. – Revista e ampliada, 2013.

GRAZZIOLI, Airton; RAFAEL, Edson. **Fundações Privadas: doutrina e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

3.3.19 Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área criminal

Ementa: Tribunal do Júri – Atualização e Prática do Tribunal do Júri. Combate à Lavagem de Dinheiro. Controle Externo da Atividade Policial. Temas destacados do Direito Penal e Processual Penal. Perícias Oficiais.

Referências:

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Primeiras reflexões sobre organização criminosa**. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/cezarbitencourt/2013/09/05/primeiras-reflexoes-sobre-organizacao-criminosa>. Acesso em 17/9/2013.

BONFIM, Edilson Mougnot Bonfim. **No Tribunal do Júri – crimes emblemáticos, grandes julgamentos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

DALABRIDA, Sidney Eloy. **A nova lei do crime organizado – Lei n. 12.850/13**. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/henriqueziesemer/2013/09/12/a-nova-lei-do-crime-organizado-lei-n-12-8502013>. Acesso em 17/09/2013.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Relatório Nacional da Execução da Meta 2: um diagnóstico da investigação de homicídios no país**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2012.

GOMES, Luiz Flávio. **Definição de crime organizado e a Convenção de Palermo**. Disponível em: <http://www.lfg.com.br>. 06 de maio de 2009.

GOMES, Luiz Flávio. **Criminalidade econômica organizada**. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/lfg/2013/08/29/criminalidade-economica-organizada>. Acesso em 02/09/2013.

LEAL, João José. **A Lei 9.807/99 e a figura do acusado-colaborador ou prêmio à delação**. In: RT 782/00.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação Criminal Especial Comentada**. Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

Ministério Público do Estado de Santa Catarina. **Manual de orientação: Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA/SC)**. Florianópolis: MPSC, 2013.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. **A nova Lei de organização criminosa – Lei n. 12.850/2013**. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/romulomoreira/2013/08/12/a-nova-lei-de-organizacao-criminosa-lei-no-12-8502013>. Acesso em 12/8/2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. 7. ed. rev. atual e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do Júri**. 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: GEN, 2014.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 17. ed. – **Comentários ao CPP** – 5. Ed. – Lei 12.850/13. Disponível em: <http://eugeniopacelli.com.br/atualizacoes/curso-de-processo-penal-17a-edicao-comentarios-ao-cpp-5a-edicao-lei-12-85013-2>. Acesso em 26/8/2013.

QUEIJO, Maria Elizabeth. **O Direito de não produzir prova contra si mesmo (o princípio *nemo tenetur se detegere* e suas decorrências no processo penal)**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SANCTIS, Fausto Martin de. **Combate à lavagem de dinheiro: teoria e prática**. Campinas, SP: Millenium Editora, 2008.

TASSE, Adel el. **Nova Lei de Crime Organizado**. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/adeleltasse/2013/08/22/nova-lei-de-crime-organizado>. Acesso em 4/9/2013.

3.3.20 Tópicos destacados da atuação em recursos especial e extraordinário

Ementa: Recursos Extraordinários e Especiais. Prequestionamento. Admissibilidade dos Recursos Excepcionais. Sistema de precedentes. Peças processuais. Procedimento.

Referências básicas:

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Vol. V, 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DIDIER JR, Fredir e outros. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 3, Recursos. 11. ed. Salvador: JusPodium, 2013.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso Extraordinário e Especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PINTO, Nelson Luiz. **Manual dos Recursos Cíveis**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

3.3.21 Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área constitucional

Ementa: Constituição e concretização dos direitos fundamentais. Organização do Estado e repartição de competência. Processo legislativo. Controle de

constitucionalidade difuso e concentrado. Fundamentos do processo constitucional e das ações típicas.

Referências básicas:

BARROSO, Luís Roberto. **O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRANDÃO, Paulo de Tarso. **Ações Constitucionais: novos direitos e acesso à justiça**. Florianópolis: Habitus, 2001.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CANOTILHO, J.J. Gomes (et. al). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Direito Processual Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2014.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Do Processo Legislativo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SARLET, Ingo; MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

3.3.22 Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área da moralidade administrativa e eleitoral

Ementa: Improbidade Administrativa. Noções Gerais de Licitações. Eleições.

Referências básicas:

DECOMAIN, Pedro Roberto. **Improbidade Administrativa**. São Paulo: Dialética, 2007.

GARCIA, Emerson; PACHECO ALVES, Rogério. **Improbidade Administrativa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

Referências complementares:

ALMEIDA, Roberto Moreira de. **Curso de direito eleitoral**. 6. ed. Salvador: JusPODIVM, 2012.

BARROS, Francisco Dirceu. **Curso de processo eleitoral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BEM, Leonardo Schmitt de; CUNHA, Mariana Garcia. **Direito penal eleitoral: análise constitucional dos delitos eleitorais**: comentários à Lei da Ficha Limpa. 2. ed. São Paulo: Conceito, 2011.

BORN, Rogério Carlos. **Ação rescisória no direito eleitoral**: limites. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

CÂNDIDO, Joel José. **Direito eleitoral brasileiro**. 11. ed. Bauru: EDIPRO, 2004.

CÂNDIDO, Joel José. **Inelegibilidades no direito brasileiro**. 2. ed. São Paulo: EDIPRO, 2003.

CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. **Direito eleitoral brasileiro: o Ministério Público Eleitoral, as eleições em face das leis 9504/97, 9840/99, 10732/03, 10740/03 e 10792/03 e EC 35/01** (imunidade parlamentar e restrições). 3. ed. rev., ampl. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua; Camila Albuquerque Cerqueira. **Direito eleitoral esquematizado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COÊLHO, Marcus Vínicius Furtado. **Direito eleitoral e processo eleitoral**: direito penal eleitoral e direito político. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

D'ALMEIDA, Noely Manfredini; SANTOS, Fernando José dos. **Crimes eleitorais e outras infringências**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002.

DECOMAIN, Pedro Roberto; PRADE, Péricles. **Comentários ao código eleitoral**. São Paulo: Dialética, 2004.

GARCIA, Emerson. **Abuso de poder nas eleições**: meios de coibição. 2. ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, Suzana de Camargo. **Crimes eleitorais**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

LULA, Carlos Eduardo de Oliveira. **Direito eleitoral: comentários às leis n.9.504/97, n. 9.096/1995 e a lei complementar n. 64/90**. Leme, SP: Imperium, 2008.

MEDINA, Ademir Imerim. **Comentários à lei eleitoral**. 3. ed. atual. c/ a Res-21702/2004. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

NISS, Pedro Henrique Távora. **Direitos políticos: elegibilidade, ineligibilidade e ações eleitorais**. 2. ed. São Paulo: EDIPRO, 2000.

PINTO, Djalma; PETERSEN, Elke Braid. **Comentários à Lei da Ficha Limpa**. São Paulo: Atlas, 2014.

PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Marcia Cristina Vaz dos Santos. **Código Eleitoral: Lei n. 4737, de 15.07.1965, atualizada pela Lei n. 9504, de 30.09.1997**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

RAMAYANA, Marcos, org. **Código eleitoral: lei n. 4737, de 15 de julho de 1965**. 3. ed. Rio de Janeiro: Idéia Jurídica, 2003.

RAMAYANA, Marcos. **Comentários sobre a reforma eleitoral**. Niterói: Impetus, 2010.

RAMAYANA, Marcos. **Direito eleitoral**. 12. ed. Niterói: Impetus, 2011.

SANTOS, Paulo Fernando dos. **Crimes eleitorais comentados**. São Paulo: Leud, 2008.

PINTO, Luiz Djalma. **Direito Eleitoral: improbidade administrativa e responsabilidade fiscal: noções gerais**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTANA, Jair Eduardo; GUIMARÃES, Fábio Luís. **Direito eleitoral: para compreender a dinâmica do poder político**. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SOUTO MAIOR FILHO, Marcos. **Direito eleitoral: lei da compra de votos e a reforma eleitoral: contexto constitucional e aspectos práticos**. 1. ed. (2006). Curitiba: Juruá, 2007.

3.3.23 Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área do consumidor

Ementa: Aspectos destacados do Direito do Consumidor - Aspectos destacados do processo coletivo. Ministério Público e o PROCON. A proteção do consumidor no

mercado do crédito. Superendividamento. Práticas comerciais e contratuais abusivas. Consumo sustentável e sustentabilidade. Comércio eletrônico. Publicidade enganosa. Publicidade e consumo infantil. Segurança em estabelecimentos comerciais. Crimes contra as relações de consumo. O Ministério Público e a Vigilância Sanitária. Fiscalização de alimentos: alimentação segura e saudável, alimentos orgânicos, transgênicos e com agrotóxico. Qualidade da água. Serviços privados de saúde. Venda de medicamentos.

Referências básicas:

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; NERY JÚNIOR, Nelson. **Código brasileiro de defesa do consumidor**: v.1: comentado pelos autores do anteprojeto: direito material (arts.1º a 80 e 105 a 108). Rio de Janeiro: Forense, 2011.

LIMA MARQUES, Cláudia; BENJAMIN, Antônio H. V.; MIRAGEM, Bruno. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2011.

Referências complementares:

ALMEIDA, João Batista de. **A proteção jurídica do consumidor**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BARBOSA, Fernanda Nunes. **Informação**: direito e dever nas relações de consumo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

CANUT, Letícia. **Proteção do Consumidor no Comércio Eletrônico**: uma questão de inteligência coletiva que ultrapassa o direito tradicional. Curitiba: Juruá, 2006.

GUIMARÃES, Paulo Jorge Scartezini. **Vícios do Produto e do Serviço por Qualidade, Quantidade e Insegurança**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

LISBOA, Roberto Senise. **Responsabilidade civil nas relações de consumo**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**. 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso. **Responsabilidade civil no Código do Consumidor e a Defesa do Fornecedor**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

4 CORPO DOCENTE

MÓDULO I – Temas Específicos da Atuação do Ministério Público		
Disciplinas	Professor(a)	Lattes
Gestão Estratégica de Comunicação na Promotoria de Justiça	Ângelo Augusto Ribeiro, Doutor	http://lattes.cnpq.br/7431784675278296
Segurança Institucional	Rui Carlos Kolb Schiefler, Especialista	Procurador de Justiça, Assessor da Procuradoria-Geral de Justiça na função de Coordenador da Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional (CISI), Coordenador do Comitê de Políticas de Segurança Institucional (CPSI) e membro da Secretaria Executiva de Segurança Institucional (SESI) no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Relator do Grupo de Trabalho da (CPAMP/CNMP) da proposta de Resolução Nacional de Proteção de Dados Pessoais e Membro do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOG).
Políticas Públicas	Antonio Henrique Graciano Suxberger, Doutor	http://lattes.cnpq.br/9136957784681802

Psicologia Jurídica	Roberto Moraes Cruz, Doutor	http://lattes.cnpq.br/8057719972797248
Oratória Forense	Gabriel Henrique Collaço, Especialista	http://lattes.cnpq.br/6281393729934059
Redação Jurídica	Cassiano Ricardo Haag, Doutor	http://lattes.cnpq.br/5096785163575801
Metodologia do Trabalho Científico I	Thais Carrier Mendonça, Mestre	http://lattes.cnpq.br/8648826539283314
MÓDULO II – Tópicos Interdisciplinares		
Disciplinas	Professor(a)	Lattes
Gestão de Promotorias de Justiça	Alexandre Carrinho Muniz, Mestre	http://lattes.cnpq.br/5225778549026899
Gestão de Pessoas e Liderança	Patrícia Vendramini, Doutora	http://lattes.cnpq.br/7174087636748660
Orçamento Público	Flávio George Rocha, Especialista	http://lattes.cnpq.br/2171716647146810
Atendimento ao Cidadão	Kátia de Jesus Wermelinger, Mestre	http://lattes.cnpq.br/9936245813746113
Técnicas de Negociação e de Mediação e Resolução de Conflitos e Problemas	Analú Librelato Longo, Mestre	http://lattes.cnpq.br/0884070696277554
Informática Jurídica	Guilherme André Pacheco Zattar, Especialista	http://lattes.cnpq.br/1313667898596480
Excelência em Gestão Pública	Julibio David Ardigo, Doutor	http://lattes.cnpq.br/5548053465975710

MÓDULO III – Tópicos Especiais de Gestão Aplicados ao Ministério Público		
Disciplinas	Professor(a)	Lattes
Tópicos Destacados da Atuação na Área Tributária	Assis Marciel Kretzer, Especialista	Bacharel em Direito pela Universidade Regional de Blumenau-FURB, 1993. Pós-graduado em Direito Administrativo pela Universidade Regional de Blumenau-FURB. Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT) do MPSC.
Tópicos Destacados da Atuação na Área da Infância e Juventude	João Luiz de Carvalho Botega, Mestre	http://lattes.cnpq.br/4798650686539170
Tópicos Destacados da Atuação na Área do Meio Ambiente	Luciana Cardoso Pilati Polli, Especialista	http://lattes.cnpq.br/1955436428134238
Tópicos Destacados da Atuação na Área dos Direitos Humanos e Terceiro Setor	Douglas Roberto Martins, Mestre	http://lattes.cnpq.br/0626333420930131
Tópicos Destacados da Atuação na Área Criminal	Jádel da Silva Júnior, Doutor	http://lattes.cnpq.br/0003979609054134
Tópicos Destacados da Atuação na Área de Recursos Especial e Extraordinário	Wilson Paulo Mendonça Neto, Doutor	http://lattes.cnpq.br/6645874413341833

Tópicos Destacados da Atuação na Área Constitucional	Paulo de Tarso Brandão, Doutor	https://www.escavador.com/sobre/2168873/paulo-de-tarso-brandao
Tópicos Destacados da Atuação na Área da Moralidade Administrativa e Eleitoral	Lara Peplau, Especialista	Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa
Tópicos Destacados da Atuação na Área do Consumidor	Roberto Mattos Abrahão, Especialista	http://lattes.cnpq.br/1032446905122533
Metodologia do Trabalho Científico II	Andrea Aparecida Silva, Mestre	http://lattes.cnpq.br/2145252174710513
Orientadores(as) TCC		
Professor(a)	Lattes	
Carlos Renato Silvy Teive, Mestre	http://lattes.cnpq.br/7996377357111985	
Chimelly Louise de Resenes Marcon, Mestre	http://lattes.cnpq.br/8033781242066774	
Davi do Espírito Santo, Doutor	http://lattes.cnpq.br/6795802318400786	
Diego Roberto Barbiero, Mestre	http://lattes.cnpq.br/6391920580753435	
Eliana Volcato Nunes, Mestre	http://lattes.cnpq.br/8005381318047286	
Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio, Mestre	http://lattes.cnpq.br/6031720321985382	
Felipe Schmidt, Mestre	http://lattes.cnpq.br/0978563574294746	
Gilberto Callado de Oliveira, Doutor	http://lattes.cnpq.br/3550112008950681	
Henrique da Rosa Ziesemer, Doutor	http://lattes.cnpq.br/6913389978064557	
Isaac Newton Belota Sabbá Guimarães,	http://lattes.cnpq.br/1511293441657751	

Doutor	
Jorge Eduardo Hoffmann, Mestre	http://lattes.cnpq.br/8527242132187817
Marcelo Gomes Silva, Doutor	http://lattes.cnpq.br/1160696402337059
Maury Roberto Viviani, Doutor	http://lattes.cnpq.br/8606051234535510
Milani Maurilio Bento, Mestre	http://lattes.cnpq.br/8635392186742833
Pablo Inglês Sinhori, Mestre	http://lattes.cnpq.br/7010080446314547
Paulo Antonio Locatelli, Mestre	http://lattes.cnpq.br/3697343217509463
Pedro Roberto Decomain, Mestre	http://lattes.cnpq.br/1848172868382792
Renato Maia de Faria, Mestre	http://lattes.cnpq.br/2132724604123959
Rodrigo Andrade Viviani, Mestre	http://lattes.cnpq.br/4322725786916792
Silvana do Prado Brouwers, Doutora	http://lattes.cnpq.br/8152367735598362
Vinícius Secco Zoconi, Mestre	http://lattes.cnpq.br/5089027631771576